



Philo R. Marino Calderine

Center de l'olier

[Handwritten signature]



I – RELATÓRIO

É o relatório.



CÂMARA MUNICIPAL DE ECOPORANGA
Estado do Espírito Santo

56
84

II – FUNDAMENTAÇÃO

A competência para legislar sobre a matéria é do Município, tratando-se de assunto de interesse local, conforme preceitua o art. 30, inciso I, da Constituição Federal.

A matéria é regida, no âmbito deste Município, pela Lei Municipal nº 1.624, de 18 de junho de 2013, que "dispõe sobre os requisitos para que as entidades privadas sem fins lucrativos sejam declaradas de utilidade pública".

O artigo 2º da referida lei estabelece os seguintes requisitos para o pleito: I - que a entidade seja constituída no Município; II - que seja inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ; III - que comprove seu efetivo e contínuo funcionamento nos 06 (seis) meses imediatamente anteriores à formulação do pedido; IV - que apresente seu estatuto com as alterações, se existentes; V - que preste serviços de relevante interesse à comunidade; VI - que apresente ata da eleição e posse da diretoria em exercício; VII - que apresente ata da fundação da associação.

Compulsando a documentação que acompanha o presente Projeto de Lei, verifica-se que a "Associação Atlética Nova Ordem" cumpriu com todas as exigências formais e materiais previstas na legislação de regência, demonstrando ser uma entidade regularmente constituída, em funcionamento e com finalidades de manifesto interesse social.

Dessa forma, o projeto sob análise não padece de vícios de inconstitucionalidade ou ilegalidade, estando em plena conformidade com o ordenamento jurídico vigente. A redação da proposta atende aos princípios de clareza, precisão e ordem lógica, estando apta a prosseguir para as demais fases do processo legislativo.

56
84
Eli-ton R. M. no
Caldarine
de Oliveira
Lorena Costa
Lorena Costa





CÂMARA MUNICIPAL DE ECOPORANGA
Estado do Espírito Santo


57
JF

Ante o exposto, o parecer pela constitucionalidade, legalidade e regularidade técnico-legislativa do Projeto Legislativo nº 018/2025, portanto, opino pela **APROVAÇÃO** da proposição.

III - CONCLUSÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, em reunião realizada nesta data, acolhe o voto do relator, resolve por unanimidade emitir **PARECER FAVORAVEL** à tramitação do Projeto Legislativo nº 018/2025.

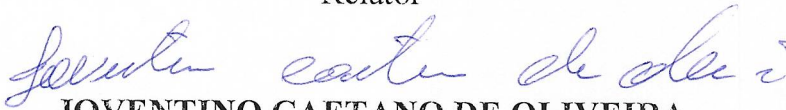
Sala das Comissões, 13 de novembro de 2025


ERALDO DAS VIRGENS PATEZ

Presidente


ELITON RIBEIRO CALDEIRA

Relator


JOVENTINO CAETANO DE OLIVEIRA

Secretário

